

Pinhão 10 de Outubro de 2019

***Exmo. Senhor presidente do Instituto da Vinha  
e do Vinho, Eng.º Bernardo Gouvêa***

*C/C Exmo. Sr. Ministro da Agricultura Dr. Capoulas dos Santos*

A ProDouro, Associação de Viticultores Profissionais do Douro ([www.prodouro.pt](http://www.prodouro.pt)), vem por este meio pedir que V. Exa. interceda na correção de uma obrigação constante do «aviso de abertura para submissão de candidaturas de apoio à reestruturação e reconversão de vinhas (VITIS), campanha de 2020-2021». Referimo-nos especificamente aos parágrafos 19 e 20 do Aviso e que abaixo copiamos.

Recebemos com alívio a notícia de que a candidatura VITIS decorre entre 15 de setembro e 15 de novembro de 2019 e que o investimento se pode iniciar após submissão da candidatura, embora por conta e risco do candidato, quanto à posterior aprovação ou não do projecto. A Portaria nº 279/2019 de 28 de Agosto é clara quanto a isso: «Faz-se assim coincidir o início da elegibilidade dos investimentos com a data de submissão da candidatura, o que vai ao encontro do interesse do viticultor, o qual poderá assim desde logo, dar início aos trabalhos». Esta medida, que na devida altura reivindicámos junto de V. Exa e do Sr. Ministro da Agricultura Dr. Capoulas Santos, revela que ambas as entidades estão atentas e reflectem sobre os problemas que, associações como a ProDouro, trazem em representação do Douro e dos seus agricultores. Congratulamo-nos por isso e tivemos oportunidade de vos agradecer publicamente, junto dos nossos associados e demais seguidores, através do Jornal da ProDouro.

Assim, mal terminasse a vindima em curso e submetida a candidatura, o viticultor poderia iniciar o investimento (sempre por sua conta e risco) e aproveitar da melhor maneira a mão-de-obra e a tração mecânica disponível no período de outono-inverno, bem como iniciar e finalizar a surribo a tempo de plantar as novas videiras em fevereiro e março de 2020. O sucesso da plantação depende deste calendário, também coincidente com o interesse e disponibilidade da tração mecânica alugada para o serviço de surribo.

É por isso que não compreendemos o obstáculo administrativo que nos impede de programar devidamente os nossos trabalhos e de os executar como deve ser, pois segundo o mesmo aviso (parágrafos 19 e 20) e a interpretação veiculada em sessões públicas de esclarecimento do VITIS, somos obrigados à comunicação prévia do arranque da vinha com uma antecedência mínima de 60 dias. Facilmente se compreende a inocuidade dessa comunicação se o calendário decidido para a abertura da candidatura fosse outro que não setembro a novembro, isto é, que não impedisse o curso normal da preparação do solo pós-vindima e a tempo da boa plantação das videiras no fim do inverno. De maneira nenhuma nos sentiríamos prejudicados se a mesma candidatura tivesse, por exemplo, sido entre 15 de maio e 15 de julho ou outro período anterior ao verão que precede a plantação. Mas, com o presente calendário, se formos obrigados a esperar 60 dias (antecedência

mínima da comunicação de arranque de vinha), perdemos 2 a 3 hectares de surribo antecipada por cada buldózer/escavadora hidráulica. Além da inatividade a que seríamos obrigados, é certo o congestionamento da procura dessa tração mecânica alugada de janeiro em diante e o prejuízo refletido nas novas vinhas.

Estamos cientes que V. Exa. compreende tão bem como nós que a obrigatoriedade prevista no parágrafo 19 do Aviso nos prejudica e destrói a boa intenção da Portaria acima referida e, por isso, pedimos que interceda para que a comunicação prévia de arranque de vinha se possa fazer logo após a submissão da candidatura e produza efeitos imediatos, isto é, sem nos obrigar à «antecedência mínima de 60 dias». É esta simples adenda especial para a campanha corrente que justamente aguardamos.

Se a vinha existe na vindima de 2019, pois consta no «Sistema de Identificação do Parcelário iSIP do IFAP», do cadastro vitícola do IVDP, tem declaração de colheita e produção (DCP), e, em qualquer altura pode ser rastreada por fotografia aérea, o parágrafo 19 perde sentido face ao calendário de ações definidas para o VITIS 2020-2021 e ao dos viticultores profissionais do Douro.

Pode V. Exa. interceder por nós, criando a exceção para uma campanha, já de si excepcional, e repondo a bondade da Portaria nº279/2019, ***“faz-se assim coincidir o início da elegibilidade dos investimentos com a data de submissão da candidatura, o que vai ao encontro do interesse do viticultor, o qual poderá assim desde logo, dar início aos trabalhos.”***?

Com os melhores cumprimentos, subscrevemo-nos respeitosamente,

Rui Soares

Presidente da ProDouro

19 - Nos casos de parcelas de vinha em produção e **para efeitos do pagamento integral da ajuda e do prémio de perda de rendimento é obrigatória a comunicação prévia do arranque da vinha com uma antecedência mínima de 60 dias**, para efeitos do estabelecido no nº 3 do Art.º 42 do Regulamento de Execução nº 2016/1150 da Comissão.

20 - A comunicação prévia referida no nº 19 deve ser efetuada para o endereço de *e-mail* [arranque.vitis@ifap.pt](mailto:arranque.vitis@ifap.pt), com identificação do número de candidatura e NIFAP bem como a identificação das parcelas em causa e data prevista do arranque.

21 - O apoio a conceder aos investimentos efetuados após a data de submissão da candidatura, está condicionado à respectiva aprovação, assumindo os candidatos o risco do investimento.